

Editorial

Ao longo do século XX, a superação dos Estados nacionais como esteios da ordem global foi anunciada de forma retumbante e, sem demora, negada pelos fatos. Mais recentemente, a pretensão de um mundo unipolar capitaneado pelos Estados Unidos ensejou a última onda especulativa sobre o fim do mundo organizado em nacionalidades. As novas possibilidades de comunicação e a força de instituições transnacionais contribuíam para atestar a nebulosidade das “fronteiras nacionais”.

Eis que a crise econômica mundial se encarrega de pôr fim a tal tipo de predição: ignorando um concerto global, cada Estado nacional busca como pode sua defesa. De sobra, o desempenho diferenciado das economias nacionais faz com que o adjetivo “emergente” domine o noticiário internacional e anuncie um novo ordenamento global.

Países como a China e o Brasil, logrando manter índices elevados de crescimento, exibindo autoconfiança e influenciando nos rumos das relações internacionais, mostram os limites de um fórum como a ONU. A reforma dessa entidade, tendo ganhado força desde a Assembleia Geral de 2005, conforme analisa Sérgio Luiz Cruz Aguilar, é obstaculizada pelas insustentáveis exigências dos Estados Unidos para que um novo membro ocupe um assento permanente no Conselho de Segurança.

Enquanto isso, resoluções cruciais ficam à espera de tratamento efetivamente multilateral, entre o que está a redefinição do padrão monetário internacional. Rabah Benakouche assinala nesta edição que a chamada globalização teve a hegemonia da moeda norte-americana como uma de suas pilstras. Com a fragilidade da economia dos Estados Unidos, tal hegemonia perde sua razão de ser a olhos vistos, sobrevivendo basicamente por conta da falta de alternativa viável.

No esforço pela preservação de seu *status*, os industrializados estariam dispostos a abrir mão de ferramentas que lhes garantem a supremacia? Entre essas, figuram com destaque as “tecnologias sensíveis”, de emprego militar. O cerceamento desse conhecimento especializado é objeto de atenção de Waldimir Pirró e Longo e William de Sousa Moreira. As disputas comerciais parecem indicar mudanças nas práticas dos detentores de tecnologia de uso militar e nos expedientes de países que buscam contornar o cerceamento. Mas o Brasil teria estratégia clara para contornar aquisições relacionadas à sua defesa? É o que preocupa os dois citados

pesquisadores do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense.

As práticas de cerceamento sempre foram amparadas pela ideia de “segurança nacional”. Frederico Carlos de Sá Costa, apoiando-se em três estudos de caso, mostra o caráter doutrinário e ideológico desse conceito, formulado no século XX, bem como as tentativas de revesti-lo de dignidade acadêmica.

A ideia de “segurança” das nações sempre acompanhou a dinâmica de seus interesses comerciais e o Brasil, animado pelo crescimento econômico e pela descoberta de óleo na camada do pré-sal, aponta para um redimensionamento de sua inserção global. Paulo Metri revela como o petróleo não é uma *commodity* de abastecimento trivial, já que a garantia de fornecimento tem sido usada como uma arma política. Metri traça um panorama da dependência da economia mundial ao petróleo e da grande concentração das reservas em países em desenvolvimento. A expectativa de escassez e a defesa dos recursos naturais instigam os estrategistas estadunidenses a rejeitar o que classificam como “nacionalismo de recursos naturais”.

No longo debate sobre o surgimento e a afirmação das nações, poucos temas seriam mais polêmicos que o chamado “nacionalismo judeu”. Já no início do século XX, Otto Bauer era contestado em seu empenho de demonstrar a existência de uma “nação judia”. João Quartim de Moraes, partindo da afirmação de que os israelenses, não os judeus, constituíram uma nação fundada no sionismo, põe em evidência as estreitas, complexas e não-lineares relações desse movimento com o colonialismo, o fascismo e o racismo. Para Quartim, o sionismo teria se amparado na “missão civilizadora” do Ocidente, em nome da qual a expansão capitalista encobriu conquistas, pilhagens e genocídio. A natureza do sionismo é também posta em discussão por Efraim Davidi ao descrever o tratamento dispensado pelo Estado de Israel aos exilados políticos sul-americanos durante a vigência dos regimes ditatoriais. A maioria dos argentinos, chilenos e uruguaios que buscaram refúgio naquele país não tinha ligação com o sionismo, mas foram obrigados a conviver com a política oficial de Israel, que mantinha relações cordiais com os governos militares sul-americanos que, em nome da pátria, suprimiam as liberdades democráticas.

Nacionalidades se afirmam paralelamente à luta pelos direitos humanos; nações encontram sua razão de ser e sua força na ideia de que as diferenças entre seus integrantes não prevalecem frente à igualdade de

oportunidades e ao respeito a todos e a cada um. Nesse sentido, na segunda metade do século XX, nenhum caso chamou mais a atenção do que o esforço para a construção da nacionalidade sul-africana. Na presente edição, homenageamos Dennis Brutus, acadêmico e poeta, por sua luta contra o *apartheid*. Divulgamos um de seus belos textos sobre direitos e neoliberalismo, escrito juntamente com Patrick Bond.

Prosseguindo nosso empenho em discutir a construção das nacionalidades sul-americanas, apresentamos a leitura desenvolvida por Ângela Gutiérrez da obra de Vargas Llosa, *A guerra do fim do mundo*. Ultrapassando a reverência costumeira a Euclides da Cunha, o escritor peruano, conforme Ângela, transformou o drama de Canudos numa metonímia da história do continente sul-americano. A construção das nações no subcontinente apresenta traços próprios, inerentes à colonização ibérica, mas acompanha uma tendência iniludível em todas as experiências nacionais: o esmagamento impiedoso de veleidades comunitárias que contrariem os desígnios dos que hegemonomizam a afirmação da nacionalidade.

Os Editores